

ATA Nº 49
19-08-2015

SB.
H-
[Handwritten signatures]

Aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente, João Manuel Casaca Português, realizou-se a quadragésima nona reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores João Manuel Marques Cruz Nobre, Francisco Xavier Candeias Fitas e Sandra Maria Guerreiro Braz. -----
Faltou a esta reunião a vereadora Maria Margarida Caeiro Vasco por se encontrar de licença de maternidade. -----

Participaram também nos trabalhos a Técnica Superior do Serviço de Apoio Jurídico da Câmara Municipal, Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. -----
A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico). -----

Não se registaram intervenções. -----

BALANCETE DE TESOUREARIA REFERENTE AO DIA 18 DE AGOSTO DE 2015: € 469 095,76. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS: -----

1. ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA "A LUZERNA". PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a emissão de licença especial de ruído requerida pela Associação Cultural e Desportiva "A Luzerna, para a realização de uma prova desportiva de Corrida de Galgos, no próximo dia 16 de agosto de 2015, das 8,00 horas às 20,00 horas, no recinto adjacente ao da Feira Anual de Cuba, bem como a isenção das respectivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

2. ALTERAÇÃO N.º 9 AO ORÇAMENTO E GOP'S 2015". -----

Foi presente à Câmara a informação n.º 74/2015, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo

orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na alteração n.º 9 ao orçamento e GOP'S, as modificações no orçamento da despesa ocorreram para fazer face a reforços relacionados com seguros, serviços bancários, trabalhos especializados (recolha de cadáveres de canídeos), alimentação – géneros para confeccionar (refeitório) aquisição de vestuário e artigos pessoais (compra de pares de botas de biqueira de aço), material de transporte – peças (pneus), conservação de bens (reparações de viaturas e de moto serra), locações e aquisição de bens diversos. A nível das despesas com o pessoal foram corrigidas as dotações. No orçamento da receita receita foram reforçadas as classificações relacionadas com o acordo de colaboração com o Turismo do Alentejo. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

02 244 2002/31- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com a aquisição de contadores de água; -----

02 245 2003/6- O reforço ocorreu face à reparação da viatura do lixo (viatura MAN); ---

02 251 2002/41 ação 1- O reforço ocorreu face a novas aquisições de equipamento básico (livros); -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projetos:

01 111 2014/5011 - O reforço ocorreu para fazer face a despesas relacionadas com o alojamento do site (acertos de cabimentação); -----

02 232 2014/5005 ações 1,2,4 e 5- O reforço ocorreu para fazer face a rectificação de classificação de despesa relacionada com apoios ; -----

03 341 2002/5050 ações 1, 5 e 7- O reforço ocorreu para fazer face a despesa relacionada com o projecto. -----

A Câmara, por maioria, com a abstenção do vereador do Partido Socialista, delibera aprovar a alteração n.º 9 ao orçamento e GOP'S para 2015. -----

3. REVISÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015. ---

Foi presente à Câmara a informação n.º 75/2015, dos Serviços Financeiros, enquadrando dentro do enumerado no ponto 8.3.1.5 (notas sobre o processo orçamental e respectiva execução do Dec-Lei n.º 54-A/99), a modificação ao orçamento e às GOP's. -----

Na revisão n.º 2 ao orçamento, foram criadas novas classificações económicas a nível da despesa. Os reforços no orçamento da despesa ocorreram p/ fazer face à assunção de novos compromissos, nomeadamente prémios, condecorações e ofertas para a orgânica 01.01, amortizações de empréstimos, componente fixa da água, serviços especializados (tratamento dos lixos). Também foram rectificadas dotações relacionadas com despesas com o pessoal. A nível da receita, foi utilizado o montante de € 117.236 do saldo da gerência de 2014. -----

O Plano Plurianual de Investimentos sofreu modificações (reforços) nos seguintes projetos: -----

01 111 2002/1 ação 5- Foi dotado este projecto que não estava contemplado em PPI inicialmente; -----

02 242 2003/9 ação 2 - Foi dotado este projecto para fazer face à despesa relacionada com o ARU (rectificação da classificação); -----

02 244 2011/7- O reforço ocorreu p/ fazer face a novos compromissos; -----

As Atividades Mais Relevantes sofreram modificação (reforços) nos seguintes projectos: -----

02 245 2002/5028- O reforço ocorreu p/ fazer face a novos compromissos; -----

04 410 2002/5055- O reforço ocorreu p/ fazer face a novos compromissos. -----

A Câmara, por unanimidade, aprova a Revisão n.º 2 ao Orçamento e às GOP's, para o ano económico de 2015, e delibera submetê-la à apreciação e votação por parte da Assembleia Municipal. -----

4. TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS - SANEAMENTO". -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 73/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna (SAJAI) enquadrando a temática em título, matéria regulamentada pelo Decreto-Lei nº 97/2008, de 11/06. -----

De acordo com a citada informação, a taxa de recursos hídricos (TRH) é um instrumento económico-financeiro que traduz o princípio do utilizador pagador, impondo a quem faz utilizações suscetíveis de causar impacto nos recursos hídricos a necessidade de compensar o benefício que resulta dessa utilização, o respetivo custo ambiental e os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas. -----

As entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais pagam a TRH à autoridade ambiental (Administração de Região Hidrográfica), pela utilização que fazem dos recursos hídricos (por exemplo, a captação de água, a ocupação do domínio público hídrico e a rejeição de águas residuais), mas devem repercutir o respetivo valor final no utilizador final, de forma a incentivar uma utilização sustentável do recurso. -----

A repercussão da TRH aos utilizadores deve ser desagregada na fatura, mas fica sujeita às mesmas condições que a faturação das tarifas relativas aos serviços de águas, nomeadamente no que respeita ao prazo de pagamento e aos juros de mora por atraso no pagamento. -----

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 20.º da Lei nº 73/2013, de 03/09, os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29/12. -----

Em anexo à informação é apresentado o cálculo da taxa e a base de sustentação da mesma, elaborado pela empresa "Raízes Ocultas". -----

A Câmara, por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, delibera propor à Assembleia Municipal a aprovação da taxa de recursos hídricos - saneamento, bem como do respetivo valor, conforme determina a alínea b) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma lei. -----

5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXA DE IMI PARA O ANO DE 2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 83/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, acompanhando a proposta de remissão à Assembleia Municipal de definição da Taxa do imposto Municipal sobre Imóveis, a cobrar no concelho de Cuba, no ano de 2016. -----

De acordo com a Informação, o imposto municipal sobre imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizam (vide

+1-
[Handwritten signature]

art.º 1º do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei nº 287/2003, de 30 de novembro, na sua redação atual). -----

Determina o n.º 5 do art.º 112.º que as taxas do IMI são fixadas anualmente, mediante deliberação da assembleia municipal, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, podendo esta ser fixada por freguesia e devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira até 30 de novembro de cada ano, sob pena de serem aplicadas as taxas mínimas (*vide* nºs 5 e 14 desse artigo). -----

As taxas de IMI variam entre 0,3% a 0,5%, tratando-se de prédios urbanos, sendo as respeitantes aos prédios rústicos fixas em 0,8% (*vide*, respetivamente, alíneas c) e a) do n.º 1 do art.º 112º). -----

As taxas previstas para os prédios urbanos são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio. Esta definição consta do Decreto-Lei nº 159/2006, de 8 de agosto, que no seu artº 2º determina que *“Para efeitos de aplicação da taxa do IMI, considera-se devoluto o prédio urbano ou a fração autónoma que durante um ano se encontre desocupado”*, sendo indícios de desocupação a inexistência de contratos em vigor com empresas de telecomunicações e de fornecimento de água, gás e eletricidade e a inexistência de faturação relativa a consumos de água, gás, eletricidade e telecomunicações. A identificação dos prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos compete aos municípios, nos termos definidos no artº. 4º, assim como a identificação dos prédios ou frações autónomas em ruínas, nos termos do nº 16 do artº. 112º do CIMI. -----

Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem (*vide* artº. 112º): -----

- a) Definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto (nº 6); -----
- b) Definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior (nº 7); -----
- c) Majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens (nº 8); -----
- d) Podem fixar uma redução até 50 % da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (nº 12); -----
- e) Podem, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela (nº 13): -----

Número de dependentes a cargo	Redução de taxa até
-------------------------------	---------------------

1	10%
2.....	15%
3.....	20%

A Câmara, por unanimidade, nos termos da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera propor à Assembleia Municipal a fixação do valor de 0,3% da taxa de IMI para o ano de 2015, conforme determina a alínea d) do n.º 1 do art.º 25.º da citada lei. -----

6. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA O ANO DE 2016. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 84/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, acompanhando a proposta de lançamento de Derrama sobre o lucro tributável e não isento de IRC – imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, para o ano de 2016. -----

De acordo com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “*Os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5 %, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território*”. -----

A derrama é, assim, um imposto municipal que incide sobre o lucro tributável das pessoas coletivas, cuja taxa é fixada anualmente pelos diferentes municípios. A taxa geral de derrama pode ascender até 1,5%, podendo, porém, ser aplicada uma taxa reduzida para as empresas, que no exercício anterior, tenham obtido um volume de negócios inferior a € 150.000 (*vide* n.º 10 do citado artigo). -----

Quando seja aplicável o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, a derrama incidirá sobre o lucro tributável individual de cada uma das sociedades do grupo (*vide* n.º 14 do mesmo artigo). -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1) - Em sintonia com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea eee) do n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor o lançamento de derrama para o ano de 2014 no montante de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de imposto da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; -----

2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em setembro de 2015, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

7. FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2016. -

Foi presente à Câmara a Informação n.º 85/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, acompanhando a proposta de fixação da TMDP (Taxa Municipal dos Direitos de Passagem), para o ano de 2016. -----

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual (Lei das Comunicações Eletrónicas), estabeleceu o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e

definiu as competências da autoridade reguladora nacional neste domínio, no âmbito do processo de transposição das diretivas comunitárias e determinou ainda os direitos e os encargos relativos à implantação, à passagem e ao atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais. -----

Nesta ótica estabeleceu no seu artº 106º. a existência de uma taxa municipal de direitos de passagem (doravante TMDP), que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente município. -----

As receitas provenientes da TMDP têm como beneficiários os municípios, pelo que as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas em local fixo se comportam como meros intermediários entre os clientes finais, que efetivamente suportam aquela taxa e os Municípios. -----

O percentual da TMDP é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25% (*vide* alínea b) do nº 2 do citado artigo). -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1) - Em sintonia com a alínea b) do nº 2 do art.º 106.º da Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual, articulada com a alínea eee) do nº 1 do art.º 34.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, propor para a taxa em causa o montante de 0,25% do valor da fatura; -----

2) – Remeter esta proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em setembro de 2015, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para aprovar as taxas do município e fixar os respetivos valor, que o legislador lhe atribuiu através da alínea b) do nº 1 do art.º 25.º da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

8. FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2016. -----

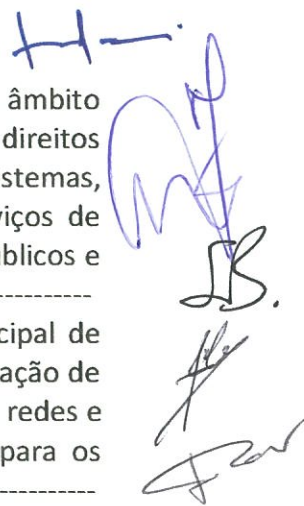
Foi presente à Câmara a Informação nº 86/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, acompanhando a proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial correspondente ao concelho de Cuba, para o ano de 2016. -----

Determina o nº 1 do artº. 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que “*Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artº 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do nº 2 do artº 69º*”.

A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (*vide* nº 2 do mesmo artigo). -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1) - Em sintonia com o nº 2 do art.º 26.º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, articulada com a alínea eee) do nº 1 do art.º 34.º da Lei nº 75/2013, de 12 de



setembro, propor o valor para a taxa em causa no montante de 5,00% da colecta líquida do IRS pago pelos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Cuba; --
2) – Remeter essa proposta para a Assembleia Municipal a ter lugar em dezembro de 2015, para que aquele órgão no uso das suas competências próprias no que concerne à legitimidade para deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, que o legislador lhe atribuiu através da alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da mesma Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, poder apreciar e deliberar sobre tal matéria. -----

9. PROTOCOLO A CELEBRAR COM A DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PISCAS DO ALENTEJO PARA ELABORAÇÃO DA CARTOGRAFIA EM FORMATO DIGITAL SHAPEFILE DA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (RAN) NA ÁREA GEOGRÁFICA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 81/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, acompanhando o Protocolo de Colaboração supra referido e o termo de responsabilidade a subscrever pelo Município para a utilização da informação em formato digital (shp), relativa às folhas das Cartas de Capacidade de Uso do Solo nºs CU488, CU489, CU498, CU499, CU509 e CU510, propriedade da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), para o desenvolvimento de ações decorrentes dos trabalhos relacionados com a elaboração da cartografia vetorial da Reserva Agrícola Nacional, na área geográfica do Município de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, no uso das competências que lhe são cometidas pela alínea r) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar o presente Protocolo bem como o respetivo Termo de Responsabilidade. -----

10. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, NO VALOR DE € 175.000,00. --

Foi presente à Câmara uma proposta do Sr. Presidente cujo teor se transcreve: -----

“PROPOSTA”

Considerando que a Câmara Municipal iniciou a empreitada de “Remodelação e Ampliação do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Cuba”, projeto candidatado a fundos comunitários;-----

Considerando que se encontram igualmente em curso outras empreitadas de relevante importância para o Concelho; -----

Considerando que cabe ao Município de Cuba um enorme esforço financeiro para poder suportar os encargos decorrentes desses investimentos, tanto mais que as verbas correspondentes ao co-financiamento só são disponibilizadas *a posteriori*; -----

O que causa algumas dificuldades de tesouraria quando atempadamente se quer cumprir os compromissos assumidos e as receitas próprias e os fundos disponíveis não são suficientes para o efeito; -----

A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, inscreve no n.º 1 do art.º 50.º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria. Este diploma legal reforça o carácter de antecipação de receitas próprias municipais que está associado a estes financiamentos, determinando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados; -----

Nesta conformidade, proponho que se dê início ao processo de contratação de um empréstimo a curto prazo no valor de € 175.000,00, consultando-se as seguintes instituições de crédito:-----

a) Caixa Geral de Depósitos, S.A.-----

b) Banco BPI, S.A.; -----

c) Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Guadiana Interior, CRL; -----

d) Banco Santander Totta, S.A.-----

Mais proponho a aprovação do respetivo ofício-convite, que se anexa, e que a Comissão de Acompanhamento do Procedimento seja constituída pelos seguintes membros: -----

Presidente: João Manuel Casaca Português, Presidente da Câmara;-----

Vogais efetivos: Vítor Manuel Parreira Fialho, Chefe da DGM;-----

Cármén das Dores da Silva Arrojado Estrela, Técnica Superior.-----

Vogais suplentes: Maria Isabel Aníbal Veríssimo Semião, Técnica Superior;-----

Francisco Xavier Candeias Fitas, Vice-Presidente da Câmara.-----

Mais se propõe que o Presidente, nas suas faltas e impedimentos, seja substituído pelo vogal Vítor Manuel Parreira Fialho. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera: -----

1. Dar início ao processo de contratação de um empréstimo a curto prazo no valor de € 175.000,00, consultando-se as instituições referidas; -----

2. Aprovar o respetivo ofício-convite; -----

3. Aprovar a composição da Comissão de Acompanhamento do Procedimento atrás referida. -----

4. Remeter o assunto à apreciação e aprovação por parte da Assembleia Municipal. ----

11. EMPREITADA DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CUBA – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE (PSS). -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que aprova o Plano de Segurança e Saúde da Empreitada em título, atendendo a que foi realizada a consignação da obra no pretérito dia 3 de agosto, data a partir da qual começou a contar o prazo de execução da mesma que é de, impreterivelmente, 100 dias, e se trata de uma obra candidatada aos fundos comunitários. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

12. REVISÃO DOS CONTRATOS DE PARCERIA E DE GESTÃO DO SPPIAALENTEJO. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 82/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, segundo a qual, datam, respetivamente, de 13/08/2009 e de 25/09/2009, as assinaturas dos contratos de parceria pública e de gestão entre o Estado Português - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e os Municípios subscritores. -----

Na sequência deste acordo, foi constituída a Entidade Gestora da Parceria (EGP) - AGdA – Águas Públicas do Alentejo, S.A., celebrado um contrato de gestão entre as

partes, um acordo parassocial e ainda os correspondentes contratos entre cada município e a empresa em causa. -----

Tendo decorrido mais de cinco anos sobre as datas referidas, e atendendo quer à proximidade do final do primeiro período quinquenal, que implica uma revisão tarifária, quer à mudança do quadro económico e financeiro, que condicionou a execução dos “contratos de parceria e de gestão”, bem como a execução do “modelo técnico global” (investimentos) previsto ser executado com apoios financeiros do QREN/POVT e a redução das transferências do Orçamento de Estado para os municípios, iniciaram as partes, em junho de 2014, um processo de renegociação, que culminou em alterações aos documentos que regulam a parceria (contrato de parceria publica e contrato de gestão), conforme documento acordado em sede de Grupo de Trabalho e na reunião entre uma delegação do MAOTE e da AMGAP no passado dia 2 de julho e aprovados pela Assembleia Intermunicipal da AMGAP, no dia 10 desse mês.

As alterações a aprovar em cada contrato, são as seguintes: -----

1) **Contrato de Parceria:** Alterações às Cláusulas 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 8ª, 14ª, 15ª, 17ª, 19, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 25ª, 26ª e 27ª. Aditamento da Cláusula 15ª-A e inclusão de uma “cláusula transitória” que visa assegurar a liquidação aos Municípios, até finais de 2015, dos desvios tarifários, conforme previsto no Anexo IV-A (EVEF). Os Anexos I, II, III e IV devem ser lidos como Anexo I-A (modelo técnico), II-A (infraestruturas a afetar à parceria), III-A (Regulamento da Comissão de Parceria) e IV-A (separador do EVEF). -----

2) **Contrato de Gestão:** Alterações às Cláusulas 1ª, 2ª, 8ª, 10ª, 13ª, 14ª, 16ª, 17ª, 18ª, 20ª, 21ª, 25ª, 26ª, 33ª, 34ª e 35ª. Aditamento de uma “cláusula transitória” que visa assegurar a liquidação aos Municípios, até finais de 2015, dos desvios tarifários, conforme previsto no Anexo IV-A (EVEF). Os Anexos I, II, III e IV devem ser lidos como Anexo I-A (modelo técnico), II-A (infraestruturas a afetar à parceria), III-A (separador do EVEF) e IV-A (indicadores e referenciais de serviços para substituir a página 154 do original). -----

Mais foi anexado, para conhecimento dos órgãos municipais, a Minuta do Acordo Parassocial que vai ser outorgado entre a AdP e a AMGAP, no qual se repercute, na cláusula 2ª, os 3% de prémio de risco para reservas livres, e, na cláusula 4ª, os Fee's de Gestão que passam a ser de 2,25% (antes eram de 3%). -----

A Câmara, por unanimidade, no uso da competência prevista na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera: -----

- a) Aprovar o aditamento ao Contrato de Parceria Pública e os anexos I-A a IV-A, e submeter o mesmo à assembleia municipal, para efeitos de autorização; -----
- b) Aprovar o aditamento ao Contrato de Gestão e os anexos I-A a III-A e anexo VI-A, e submeter o mesmo à assembleia municipal, para efeitos de autorização; -----
- c) Tomar conhecimento da Minuta do Acordo Parassocial entre a AdP – Águas de Portugal, SPGS, SA e a AMGAP – Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública do Alentejo, enquanto acionistas da AGdA – Águas Públicas do Alentejo, SA; -----
- d) Propor à Assembleia Municipal que mandate o Sr. Presidente da Câmara, com os poderes bastantes, para representar o Município na subscrição de todos os documentos subjacentes às alterações propostas. -----

13. MARIA CATARINA LANDUM RATO - APOIOS SOCIAIS. AVALIAÇÃO DE PROCESSO.

Foi presente à Câmara a Informação n.º 65 do Serviço de Ação Social e Saúde, enquadrando o pedido formulado pela Sr.ª Maria Catarina Landum Rato, para apoio na

H-1-
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

aquisição de medicamentos dado que vive com uma reforma no valor de € 274,79 e gasta mensalmente em medicamentos, devido a doença crónica, € 40,74. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulado com a alínea i) do n.º 1 do art.º 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais e atendendo a que este agregado familiar preenche todos os requisitos para que lhe seja atribuído o apoio a que se candidata, delibera considerar a candidatura apesar de extemporânea. -----

14. PATRICIA ISABEL FITAS ZORRO. APOIOS SOCIAIS. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 64/2015, do Serviço de Ação Social e Saúde enquadrando a pretensão da Sr.ª Patrícia Isabel Fitas Zorro no que concerne ao pedido de apoio para entrada gratuita em atividades desportivas e eventos culturais e recreativos, bem como apoio para aquisição de medicamentos. -----

A Câmara, por unanimidade, no âmbito das competências que lhe são cometidas na área social pela alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devidamente articulado com a alínea i) do n.º 1 do art.º 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios Sociais e atendendo a que este agregado familiar se enquadra no referido Regulamento, delibera atender a pretensão, concedendo o apoio solicitado. -----

15. JOÃO PEDRO SANTINHOS ARANHA MORAIS. PEDIDO DE INSTALAÇÃO DE QUIOSQUE PARA VENDA DE GELADOS NA FEIRA ANUAL DE CUBA – 2015. -----

Solicita o Sr. João Pedro Santinhos Aranha Morais, a possibilidade de instalar um quiosque móvel, com as dimensões de 3,20m x 2,90m, para venda de gelados na Feira Anual de Cuba – 2015. -----

De acordo com a Informação n.º 159/2015, da Subunidade Administrativa, o Regulamento Municipal de Taxas do Município não contempla a figura do “quiosque” mas prevê, no seu art.º 124.9, a possibilidade de ocupação de terrado com carros, bares, barracas de comida e bebida, mediante o pagamento de uma taxa de € 3,88/m². Por analogia poderá enquadrar-se aqui a pretensão desde que a mesma se destine efetiva e exclusivamente à venda de gelados sem possibilidade de instalação de esplanada para venda de outros produtos. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na citada informação delibera autorizar a instalação do quiosque para venda de gelados. -----

16. INÊS SOFIA PIRES PINTO. PEDIDO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO. -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que autoriza a emissão de licença especial de ruído, requerida pela Sr.ª Inês Sofia Pires Pinto, para a realização de uma festa de aniversário, no próximo dia 18 de agosto de 2015, das 8,00 horas às 2,00 horas do dia seguinte, na Sede do Sporting Clube de Cuba. -----

A Câmara, por unanimidade, e de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: “Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de

anulabilidade”, delibera ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

17. ANTÓNIO MANUEL FERRO FITAS. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO PAGAMENTO DE RECIBO DE ÁGUA E DA TAXA DE RETIRADA DO CONTADOR”. -----

Solicita o Sr. António Manuel Ferro Fitas, por morte do seu padraсто António Jesuino Crespo Fitas, e por falta de meios financeiros, atendendo à débil situação em que se encontra, a anulação do pagamento da fatura de água, em nome deste, no valor de € 4,24, referente ao consumo do mês de julho/2015, no prédio sito na Rua da Alegria, n.º 6, em Cuba, bem como, a possibilidade de lhe ser perdoada a tarifa, no valor de € 14,34, correspondente à retirada do contador. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 161/2015, da Subunidade Administrativa, e comprovadas as dificuldades devido à situação de desemprego, delibera atender a pretensão do requerente. -----

18. ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL). RASTREIO AUDITIVO GRATUITO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS – FEIRA DA SAÚDE. -----

Solicita a ACÚSTICA MÉDICA (HIDDEN HEARING, PORTUGAL) autorização para ocupação de via pública para a realização de um rastreio gratuito ao Colesterol, Glicémia, Tensão Arterial e Auditivo, Junto da Biblioteca Municipal, em Cuba, das 09h00 às 18h00, do próximo dia 20 de agosto de 2015. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 162/2015 da Subunidade Administrativa, e de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba delibera isentar do pagamento das taxas devidas com a ocupação. -----

Quanto à ocupação de via pública, propriamente dita, de acordo com o disposto na alínea ee) do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09, compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento “*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados por lei, sob a administração municipal*”, no entanto esta competência foi delegada no Sr. Presidente da Câmara, que autorizou. -----

19. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À 5ª CLÁUSULA DO CONTRATO-PROGRAMA CELEBRADO COM O CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DIOGO DIAS MELGAZ, UNIPessoal, LDA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 87/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, acompanhando uma proposta de alteração à 5.ª cláusula do Contrato-programa celebrado com o Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda. -----

Na sequência do contrato programa supra identificado e uma vez que o mesmo não refletiu as pretensões invocadas pelo Centro de Estudos e Formação Profissional Diogo Dias Melgaz, Unipessoal, Lda, no que se reporta à sua data de produção de efeitos, pretende-se, agora, corrigir essa situação. -----

Nesta conformidade, na cláusula 5ª do contrato programa referido, **onde se lê:** -----

“5ª Cláusula

Produção de efeitos e vigência

O presente contrato-programa produz efeitos a partir do dia da sua outorga e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser renovado por períodos de 6 meses, se essa for a vontade das partes expressamente manifestada por escrito no prazo de 15 dias relativamente ao seu termo.” -----

Deve ler-se:

5ª Cláusula

Produção de efeitos e vigência

O presente contrato-programa produz efeitos retroativos ao dia 01/01/2015 e vigorará até ao final do corrente ano civil, podendo ser automaticamente renovado por idênticos períodos de um ano, se as partes nada disserem em contrário por escrito no prazo de 15 dias relativamente ao seu termo”. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a alteração remetendo a mesma para deliberação por parte da Assembleia Municipal. -----

20. MERITOLAND. DÍVIDAS RESULTANTES DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE UMA LOJA SITA NO MERCADO MUNICIPAL DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 88/2015, do Serviço de Apoio Jurídico e Auditoria Interna, apresentando um histórico do processo de ocupação de uma loja no Mercado Municipal por parte da Meritoland, os incumprimentos resultantes dessa ocupação e o direito que assiste ao município perante tal situação. -----

Por deliberação do órgão executivo, tomada em sua reunião ordinária de 21/07/2010, foi autorizada a cedência da titularidade do direito de ocupação de uma loja no Mercado Municipal de Cuba entre a Sociedade Agrícola Quinta da Pigarça e a Meritoland, Unipessoal, Lda, destinando-se a mesma ao comércio de artesanato. -----

Todavia, nunca a loja em questão esteve aberta ao público, servindo única e exclusivamente como armazém. -----

Em 08/01/2014, veio a Meritoland, Unipessoal, Lda, solicitar nova cedência da titularidade do direito de ocupação da dita loja para João Hugo Abundância Canena, a partir do mês de fevereiro seguinte, assumindo o novo titular o pagamento dos valores em dívida referentes aos meses de janeiro, fevereiro, junho a novembro de 2013, no valor total de € 238,22, sem qualquer agravamento. -----

Sobre este pedido deliberou a Câmara Municipal, em sua reunião ordinária de 22/01/2014, autorizar a transferência da titularidade, embora condicionada ao pagamento dívida existente no prazo de 60 dias, cujo agravamento foi perdoado, assim como obrigação de reabertura do espaço ao público no citado prazo. -----

Em 07/05/2014, requereu a Meritoland uma prorrogação do prazo de pagamento do valor em dívida por mais 45 dias, uma vez que não foi possível efetuar o pagamento no prazo anteriormente fixado. -----

Em 14/05/2014, deliberou a Câmara Municipal prorrogar excecionalmente por mais 45 dias o prazo para pagamento dos valores em dívida e para a reabertura do espaço ao público, sob pena de não o fazendo serem despoletados os mecanismos legais para rescisão unilateral do contrato por incumprimento reiterado. -----

Nada foi cumprido. -----

Em 03/12/2014, foi o Sr. João Hugo Abundância Canena notificado para, até ao dia 11/12/2014, proceder à entrega da chave da loja, desocupando o respetivo espaço. ----

Nada feito. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

Mais uma vez foi o Sr. João Canena, em 18/05/2015, convocado para uma reunião nesta Câmara Municipal no dia 20/05/2015, pelos 14h30, para tentativa de resolução desta questão. -----

Da reunião assim ocorrida resultou o compromisso do Sr. João Canena de apresentar por escrito a sua proposta. -----

Até à presente data, tudo continua na mesma. -----

De harmonia com o disposto no nº 1 do art.º 21.º do Regulamento do Mercado Municipal, a ocupação caduca, entre outros, quando não haja exercício da atividade, excetuado o gozo de férias, doença ou outro motivo devidamente comprovado (*vide* alínea b)) e quando se verifique a falta de pagamento das taxas correspondentes, durante 3 meses consecutivos (*vide* alínea g)). -----

Ora, no caso concreto, a loja não está a ser exercida a atividade de comércio de artesanato, servindo a mesma como armazém, e estão em dívida 8 meses. -----

Consequentemente, determina o nº 2 deste artigo que, ocorrendo a caducidade, o interessado não tem direito a qualquer indemnização, devendo efetuar a desocupação do local no prazo máximo de 15 dias após a notificação para o efeito. -----

Oportunamente já foi efetuada esta notificação (*vide* ofício ref.ª 3928, de 03/12/2014). Não tendo o titular do direito de ocupação da loja procedido à sua desocupação, pode a mesma ser feita coercivamente, através dos serviços municipais, que entrarão no local, mudarão a fechadura e procederão à remoção para local adequado de todos os bens propriedade do ocupante que aí se encontram, sendo este, à cautela, previamente notificado do dia dessa intervenção, do local onde se encontram os seus bens, assim como do facto de todos os encargos daí resultantes correrem por sua conta. -----

Por seu turno, o ressarcimento das taxas devidas e não pagas deve ser feito mediante processo de execução fiscal, conforme determina o n.º 4 do art.º 22.º do Regulamento. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

21. SPORTING CLUBE DE CUBA. PROPOSTA PARA EXPLORAÇÃO DE STAND TIPO "TASQUINHA", NA FEIRA ANUAL DE CUBA'2015. -----

Vem o Sporting Clube de Cuba, na sequência do concurso para os bares da Feira junto ao palco principal e em virtude de não ter visto a sua proposta contemplada, face ao valor apresentado, informar do interesse, caso seja possível, em explorar um dos outros bares da Feira Anual de Cuba, tipo "Tasquinhas". -----

A Câmara, por unanimidade, delibera aceitar a proposta apresentada concedendo um stand ao Sporting Clube de Cuba, pelo valor de € 350,00 + IVA, com que havia concorrido aos bares junto ao palco. -----

22. CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DO SALVADOR. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DEVIDO COM A UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS MUNICIPAIS. -----

Solicita o Centro Paroquial e Social do Salvador, de Beja, da valência de CATL (Centro de Atividades e Tempos Livres), a possibilidade de utilização gratuita das Piscinas Municipais de Cuba, por parte de 60 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 13 anos, no próximo dia 21 de agosto de 2015. -----

Relativamente à isenção do pagamento de taxas, refere o n.º 2, alínea c) do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba que,

H-
MF
JS.
JMS
F201

poderão estar isentos de taxas ou beneficiar de uma redução até 50%, mediante deliberação fundamentada da câmara, "c) *As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa e as pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, promoção da cidadania e da defesa do património ou do ambiente, pelas actividades que se destinem directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários.*"-----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação n.º 163/2015, da Subunidade Administrativa e suportada na Postura atrás referida delibera isentar do pagamento devido com a utilização das Piscinas Municipais. -----

23. ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – 4 DE OUTUBRO DE 2015. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 164/2015 da Subunidade Administrativa apresentando uma proposta com as zonas assinaladas na área do concelho para afixação de propaganda política, tendo em vista o ato eleitoral do próximo dia 4 de outubro de 2015 e o facto do prazo estipulado para o efeito terminar no próximo dia 20 de agosto, isto é, 30 dias antes do início da Campanha Eleitoral. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na citada informação e por forma a dar cumprimento ao consagrado no artigo 7.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, designadamente "... *as Câmaras Municipais devem publicar editais onde constem os locais onde pode ser afixada propaganda política...*", delibera aprovar a proposta com os locais assinalados para a afixação de propaganda em todas as localidades do concelho e proceder à sua publicidade através de editais. -----

24. REMOÇÃO DE VIATURAS EM ESTADO DE ABANDONO NA VIA PÚBLICA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 137/2015, da Fiscalização Municipal elaborada na sequência das notificações efectuadas pela GNR aos proprietários de veículos, estacionados de forma abusiva em diversos arruamentos em Cuba, de acordo com o disposto na alínea a) do art.º 163.º do Código da Estrada, dando conta de que tendo já decorrido os prazos constantes das referidas alguns permanecem nos locais onde foram detetados. -----

Torna-se assim necessária a sua remoção para os Estaleiros Municipais, por parte dos serviços operativos desta Autarquia, dando cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º1 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de remoção e recolha de veículos dos seguintes: -----

- 1) **Renault Express, matrícula QI-13-94, estacionado na Rua Zeca Afonso, em Cuba,** propriedade de Álvaro de Jesus Baião, residente na Travessa da Banha, nº 6 r/c dto, Apartado 6369, 7800-332 Beja, cujo prazo da remoção do veículo terminou no dia 19/06/2015; -----
- 2) **Volkswagen Transporter, matrícula 48-57-OQ, estacionado no Largo São João de Deus, em Cuba,** propriedade de José Eduardo Assucena Leão, residente na Rua do Carmo, 87, 7940-146 Cuba, cujo prazo da remoção do veículo terminou no dia 10/07/2015; -----
- 3) **Renault Clio, matrícula 34-28-DZ, estacionado na Rua Xavier Vieira, em Cuba,** propriedade de Sérgio Manuel Vicente Guerreiro, residente na Travessa dos Jasmins, 9 r/c dto, 7940-012 Cuba, cujo prazo da remoção do veículo terminou no dia 10/07/2015; -----

- 4) Fiat Punto, matrícula 14-37-GC, estacionado no Parque da Adega da Lua, em Cuba, propriedade de Agradável Maratona, Unipessoal, Lda, com sede em Rua Formosa, 101, 7940-157 Cuba, cujo prazo da remoção do veículo terminou no dia 10/08/2015. -----

A Câmara, por unanimidade, delibera proceder em conformidade com a informação determinando aos serviços a remoção dos veículos para os Estaleiros Municipais e notificar os respectivos proprietários para que procedam nos termos legais. -----

25. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 76/2015, do SEFIN, retratando a situação financeira do município da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de € 487.827,70, à data de 17/08/2015; -----
- Os pagamentos efetuados à data de 17/08/2015 possuem o valor de € 2.495.900,82 para Despesas Correntes e € 470.216,77 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 59,67% no que diz respeito a despesa corrente e 29,66% a despesa de capital; -----
- As receitas cobradas pelo Município à data de 17/08/2015 ascendem a € 2.646.551,08, no que diz respeito à receita corrente, € 488.280,69 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 63,25% relativamente à receita corrente e 33,62% à receita de capital. Encontra-se por cobrar € 219.341,82; -----
- O saldo de execução orçamental à data de 17/08/2015 é de € 466.278,48; -----
- A cabimentação atingiu à data 96% no que diz respeito a despesa corrente e 97%, no que diz respeito à despesa de capital; -----
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 3.529.496,68 em despesa de capital € 1.437.938,08 e representam relativamente ao orçamento corrigido 85% e 91% respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a € 2.001.317,17 sendo: -----
 - € 1.033.595,86 - Despesa corrente -----
 - € 967.721,31 - Despesa capital -----

Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a € 1.702.840,35; -----

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 17/08/2015 ascende a €369.103,50, sendo: -----

Despesa corrente : € 294.195,30 -----

Despesa capital : € 74.908,20 -----

Limites ao Endividamento: -----

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro: -----

“A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”. ---

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições

financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2015: € 6.086.315,54 -----

Situação do Município (de forma isolada) em 01-01- 2015 : € 2.644.520,00 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 01-01- 2015: € 2.691.243,00 -----

Situação do Município (de forma isolada) em 17-08- 2015 : € 2.468.866,19 -----

Situação do Município + SM+AM+SEL em 30-06-2015: € 2.535.745,40 -----

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMBAAL (participação de 3,41%): € 37.391,22 -----

AMCAL (participação de 22,05%): € 22.250,76 -----

AMGAP: € 0,00 -----

ANMP: € 1.624,21; -----

CIMBAL (participação de 3,91%): € 7.237,23 -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal (participação de 100%): € 0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra em situação de cumprimento, no que diz respeito à dívida total, quer considerando a dívida do município de forma isolada ou conjunta. -----

No que diz respeito à dívida conjunta foram considerados os montantes a 30-06-2015 por não se possuir à data informação adicional. -----

Pagamentos em atraso: -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do mês de agosto foram de: € 244.338,07, tendo sido absorvidos até 17-08-2015 € 235.619,07. -----

Equilíbrio Orçamental: -----

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma: -----

“A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo”. -----

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio: -----

Receita corrente bruta : € 2.646.551,08 -----

Amortização média anual: € 266.828,67 -----

Despesa corrente paga: € 2.495.900,82 -----

Do atrás exposto conclui-se: -----

- 1- A cabimentação à data está com uma elevada execução; -----
- 2- O município encontra-se à data numa situação de cumprimento, no que diz respeito à dívida total; -----
- 3- Não existem pagamentos em atraso; -----
- 4- No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental o Município está em incumprimento. -----

Salvo melhor opinião, devem ser adoptadas medidas corretivas no curto prazo de forma a evitar penalizações pelo não cumprimento da regra de equilíbrio orçamental e

H-1
[Handwritten signatures and initials]

da redução do endividamento municipal (amortização excepcional de empréstimos, pelo aumento da receita anual do FEF e de IRS). -----
A Câmara tomou conhecimento. -----

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO. -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ---
"2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior". -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12,20 horas. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente. -----

O Presidente da Câmara,

O Coordenador técnico,

